

Daniel Bucar

Mestre e Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino.

Pesquisador Visitante do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht. Professor de Direito Civil do IBMEC/RJ e de cursos de pós-graduação. Procurador do Município do Rio de Janeiro. Advogado.

SUPERENDIVIDAMENTO

Reabilitação Patrimonial da Pessoa Humana

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1468-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC** | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato**Presidente** Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin**Conselho editorial**
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência**
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thaís de Camargo Rodrigues**Edição** Bruna Schlindwein Zeni**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa**Diagramação e revisão** Know-How Editorial**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva
Capa Tiago Dela Rosa**Produção gráfica** Mari Rampim
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Bucar, Daniel

Superendividamento : reabilitação patrimonial da pessoa humana / Daniel Bucar. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito civil 2. Dívidas 3. Devedores e credores 4. Propriedade privada – Recuperação 5. Responsabilidade civil I. Título.

16-1373

CDU 347.51

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil : Responsabilidade civil : dívidas 347.51

Data de fechamento da edição: 19-4-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602475 CAE 603570

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Prefácio</i>	11
<i>Introdução</i>	15

Capítulo 1

O patrimônio da pessoa humana na contemporaneidade... 19

1.1 Obrigação, responsabilidade, pessoa e patrimônio	20
1.2 As funções do patrimônio	27
1.2.1 Função I: garantia universal de crédito.....	29
1.2.2 Função II: limitação da garantia	31
1.2.3 Função III: promoção e proteção da pessoa humana	33
1.3 A composição do patrimônio	37

Capítulo 2

Responsabilidade patrimonial da pessoa humana..... 47

2.1 O patrimônio de dignidade.....	48
2.2 O acervo responsável.....	61
2.3 O concurso de créditos	64
2.3.1 A releitura do rol de preferências.....	70

Capítulo 3

Insolvência civil e superendividamento..... 81

3.1 A insolvência civil no Brasil	82
3.1.1 O desalijo da administração do patrimônio.....	85

8 Superendividamento

3.1.2	Um resquício de autonomia negocial	88
3.1.3	A extinção das obrigações do insolvente.....	90
3.2	A bancarrota da insolvência civil	97
3.3	A saída de emergência: o superendividamento do consumidor	101
3.4	O projeto de lei para solução do superendividamento.....	109
3.4.1	O problema da restrição objetiva dos débitos	111
3.4.2	O problema da restrição subjetiva do devedor	118

Capítulo 4**Modelos de reabilitação patrimonial 127**

4.1	O paradigma norte-americano <i>fresh start</i>	128
4.1.1	Patrimônio de dignidade	141
4.1.2	A extinção das obrigações	143
4.1.3	Autonomia negocial	145
4.1.4	Nota conclusiva sobre o modelo norte-americano	148
4.2	O padrão europeu	149
4.2.1	Patrimônio de dignidade no modelo europeu.....	158
4.2.2	A extinção das obrigações	161
4.2.3	A autonomia negocial	162
4.2.4	Nota conclusiva sobre o padrão europeu	165

Capítulo 5**Sistema de reabilitação do patrimônio superendividado
no ordenamento brasileiro 167**

5.1	Fundamentos e diretrizes para uma solução do superendividamento	168
5.1.1	Primeira diretriz: preferência por lei específica	171
5.1.2	Segunda diretriz: a extinção das obrigações	172
5.1.3	Terceira diretriz: preferência por um procedimento extrajudicial.....	173
5.1.4	Quarta diretriz: procedimento judicial.....	174
5.1.5	Quinta diretriz: proteção do patrimônio de dignidade e da remuneração do devedor	175
5.1.6	Sexta diretriz: limite de tempo razoável para a reabilitação	177

5.1.7	Sétima diretriz: não discriminação	177
5.1.8	Oitava diretriz: disponibilidade de aconselhamento financeiro	178
5.2	Instrumentos possíveis para a reabilitação do superendividado no Brasil.....	180
	<i>Conclusão</i>	201
	<i>Referências</i>	207